



Doc 32624

PREJULGADO DE TESE Nº 003, de 13 de março de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.419

Processo nº 201312129-00

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB PARA O PAGAMENTO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA (PAS). IMPOSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB, NO CUSTEIO, PARCIAL OU INTEGRAL, DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nºs. 11.494/2007 E 9.394/1996. APROVAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO N.º 16/2013).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a proposta de Resolução apresentada, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às **fls. 17-22**, nos termos dos itens 01 a 03 da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Por força do previsto no art. 114, do RITCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **13 de março de 2014**.

Conselheiro **José Carlos Araújo**
Presidente

Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia; Cezar Colares, Antônio José Guimarães, Sérgio Leão e Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.419

Processo n.º: 201312129-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Paragominas

Interessado: Paulo Pombo Tocantins

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Tribunal de Contas dos Municípios
CONFERE CI ORIGINAL
[Assinatura]

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB PARA O PAGAMENTO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA (PAS). IMPOSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB, NO CUSTEIO, PARCIAL OU INTEGRAL, DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS NºS. 11.494/2007 E 9.394/1996. APROVAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO N.º 16/2013).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em caso concreto, por autoridade competente, apreciada nos termos do art. 299, § 2º do Regimento Interno do TCM (Ato nº 16/2013), acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em conhecer da **CONSULTA**, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às **fls. 17-23**, que passam a integrar esta decisão, no sentido de vedar a utilização de recursos do FUNDEB no custeio, parcial ou integral de planos de assistência à saúde nos termos das Leis nºs 11.494/2007 E 9.394/1996. Por força do citado dispositivo regimental, a presente decisão não se constitui em prejudgado do fato ou caso concreto.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **13 de março de 2014**.

[Assinatura]
Conselheiro **José Carlos Araújo**
Presidente

[Assinatura]
Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; José Carlos Araújo; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão e Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.419

Processo n.º: 201312129-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Paragominas

Interessado: Paulo Pombo Tocantins

RELATÓRIO

PAULO POMBO TOCANTINS, Prefeito Municipal de Paragominas, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/02), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto à possibilidade de utilização de recursos do FUNDEB para pagamento de programa de assistência médica (PAS), dos professores estaduais, oriundos da SEDUC-PA, os quais estão atuando no Município de Paragominas, por força do Processo de Municipalização do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, efetivado através do Convênio n.º 841/2009, celebrado entre o Município e a indicada Secretaria Estadual de Educação.

Ressalta que, nos termos do indicado Convênio, compete ao Município, assegurar aos servidores de cargos efetivos e de funções permanentes, que ficarão sobre a gerência Administrativa da Prefeitura Municipal de Paragominas-PA, os direitos e deveres previstos nos termos da Legislação Estadual em vigor, conforme consubstanciado no **item 5.2**, daquele ajuste.

Os autos foram encaminhados à Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM, a qual, entendendo se tratar de caso concreto, com repercussão na prestação de contas, deixou de realizar apreciação preliminar, remetendo os autos à consideração da 3ª Controladoria.

O processo foi pautado para a Sessão Plenária de 21.01.14, ocasião em que foram suscitados questionamentos pelo Conselheiro Cezar Colares, com vistas ao melhor esclarecimento das despesas custeadas pelo município, com os professores oriundos do Estado do Pará, que desenvolvem suas atividades no município, por força do citado

Paulo Pombo Tocantins



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.419

c) Os valores estão sendo custeados através de recursos do FUNDEB, uma vez que esta é a fonte de recursos dos salários dos servidores.

d) Sim. Corroboramos com as informações acima.

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento parcial das formalidades insculpidas nos **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012²**, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, bem como se insere na exceção prevista pelo Novo Regimento Interno (Ato n.º 16/2013), em seu art. 299, §2º ³, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta, destacando-se, desde já, **que a mesma não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.**

NO MÉRITO, cabe ressaltar que, a legislação Federal que disciplina a aplicação dos recursos oriundos do **FUNDEB**, cuida, expressamente, de informar da vedação do custeio de programas de assistência médica, tal como questionado pela Municipalidade, no que transcrevo:

Lei Federal nº. 11.494/2007:

Art. 23. É vedada a utilização dos recursos dos Fundos:

I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e

² XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

³ Art. 299. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento. § 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.419

desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Lei Federal nº. 9.394/1996:

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

Assim, entendo não ser necessária a persecução de maiores inflexões sobre o caso concreto apresentado, restando expressa a vedação da utilização dos recursos do FUNDEB, no custeio, parcial ou integral, do Plano de Assistência à Saúde (PAS), disponibilizado pelo Estado aos seus servidores, antes do indicado processo de municipalização.

Ademais, nos termos do indicado Convênio (fls. 03/07), o Município deverá arcar com o pagamento da contribuição patronal devida pela adesão ao **PAS (item 5.10.6 – fl. 5/verso)**, razão pela qual deverá buscar outras fontes de custeio que não sejam relacionadas às verbas federais do **FUNDEB**, sob pena de glosa da despesa e imputação de responsabilidades ao Ordenador responsável.

De igual forma, prevê o indicado Convênio que o município deverá arcar com a remuneração dos servidores estaduais cedidos por força do mesmo, conforme prescreve o **item 5.10**, para além de proceder com os descontos, em folha, dos valores devidos pelos mesmos servidores relativos a parcelas de natureza previdenciária e assistencial.

Cabe-me, ainda, remeter aos termos do **Regulamento do PAS**, quanto ao custeio do indicado plano de assistência, no que destaco:

ARTIGO 4º - São Patrocinadores do PAS, o BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARÁ e a CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – CAFBEP.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.419

ARTIGO 21º - O custeio do PAS será atendido pelas seguintes fontes de receitas, definidas atuarialmente:

I – Contribuições mensais dos BENEFICIÁRIOS-CONTRIBUINTES;

II – Contribuições mensais dos patrocinadores;

PARÁGRAFO 1º - As contribuições mensais de que tratam os incisos I e V deste artigo, serão calculadas mediante a aplicação sobre a remuneração mensal de cada beneficiário, exceto diárias, férias(1/3 constitucional), abonos e licenças prêmios indenizadas, honorários de diretoria, ajuda de custo, vale refeição e vale transporte, de alíquotas fixadas no plano de custeio anual do PAS, com observância de princípios atuariais.

PARÁGRAFO 2º - As contribuições mensais dos patrocinadores, de trata o inciso II deste artigo, serão calculadas mediante a aplicação sobre o total mensal constante da folha de pagamento dos BENEFICIÁRIOS-CONTRIBUINTES, de percentual estabelecido no plano de custeio anual do PAS, com observância de princípios atuariais.

Considerando o documento encaminhado pelo Gestor Municipal (fl. 20), que encerra cobrança realizada pelo **IPASEP** relativo à contribuição patronal de **2%**, devida em razão da adesão ao **PAS** pelos servidores cedidos do Estado ao Município, o mesmo encontra respaldo no Convênio firmado, conforme itens já mencionados.

Ainda com base nas informações prestadas pelo Gestor, nos termos da diligência realizada, resta claro que está sendo indevidamente utilizado o recurso proveniente do **FUNDEB**, para custeio de plano de assistência médica (**PAS**), impondo-se imediata medida corretiva pelo mesmo.

Tecidas tais considerações, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, pontuo-a, nos seguintes termos:

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.419

01 – *É vedada a utilização de recursos do **FUNDEB**, para custeio do indicado Plano de Assistência Social – PAS, ofertado pelo Estado, aos servidores optantes, que estejam funcionando junto ao Município de Paragominas, por força do Programa de Municipalização da Educação.*

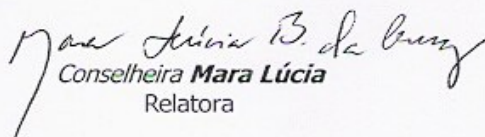
02 – *Não existe vedação que a contribuição devida pelos servidores estaduais, seja debitada pelo Município em folha e repassado ao **IPASEP**, visto que o custeio do mesmo será de responsabilidade do servidor e não do município, não perfazendo, portanto, pagamento/custeio, pelo Município.*

03 – *Os valores devidos pelo município, por expressa obrigação assumida através do Convênio firmado, para pagamento da parcela patronal do PAS, deverão ser custeados por outras fontes do município, diversa da fonte federal em questão (**FUNDEB**), dada a expressa vedação no regulamento daquele Fundo Federal, com vinculação expressa.*

Por fim, considerando a possibilidade de existência de idêntica situação, em outros municípios sob a jurisdição deste TCM-PA, tal como vivenciado pela Prefeitura Municipal de Paragominas, recomendo a elaboração de Orientação Técnica, por esta Corte de Contas, com ampla divulgação entre os demais jurisdicionados.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **13 de março de 2014**.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora